

UNIVERSIDADE DO MINHO

COMISSÃO INSTALADORA

CURSOS E DEPARTAMENTOS NO DOMÍNIO
DAS LÍNGUAS VIVAS

PROGRAMAÇÃO

BRAGA—NOVEMBRO, 1974

545

UNIVERSIDADE DO MINHO

Comissão Instaladora

SUMÁRIO

1 - Introdução	1
2 - Objectivo dos Cursos de Línguas Vivas	4
3 - Duração e Estrutura dos Cursos	8
4 - CURSOS E DEPARTAMENTOS NO DOMÍNIO DAS LÍNGUAS VIVAS	11
5 - Orientação Pedagógica	13
6 - Departamentos	16
7 - Pessoal Docente	16
8 - Instalações	18
9 - Investimento Inicial	22
10 - Considerações Finais	23

PROGRAMAÇÃO

Braga, Novembro de 1974

1 - INTRODUÇÃO

SUMÁRIO

1 - Introdução -----	1
2 - Objectivo dos Cursos de Línguas Vivas -----	4
3 - Duração e Estrutura dos Cursos -----	8
4 - Programa e Modalidades do Bacharelato em Língua X -	11
5 - Orientação Pedagógica -----	13
6 - Departamentos -----	16
7 - Pessoal Docente -----	18
8 - Instalações -----	19
9 - Investimento Inicial -----	22
10 - Considerações Finais -----	23

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Depois de lembrar a definição de Universidade como instituição que tem como funções principais o ensino de nível mais elevado e a investigação de vários ramos do conhecimento, com toda a propriedade afirmam os autores do estudo "A Localização de Novos Centros Universitários" (GEPAE, RE/D/72.1) que não é aceitável "do ponto de vista nacional, que razões locais se possam vir a sobrepor a uma adequada gestão dos recursos do País, em cérebros e equipamentos".

Inspirados sempre no desejo de buscar e encontrar soluções a "uma adequada gestão dos recursos do País", concluem por preconizar "Setúbal (ou uma localização equivalente na área imediatamente sob a influência de Lisboa), Braga e Aveiro como centros preferenciais para a instalação de novas Universidades".

Ao descrever os méritos de cada uma daquelas zonas, aceitam, no caso de Braga (e apenas neste) para dois factores que se nos afiguram de importância relevante: "uma vida cultural razoavelmente intensa" e "uma tradição, permanentemente mantida, de estudos de nível elevado".

Além disso, há que ter em conta que, de acordo com o recenseamento de 1970, o Distrito de Braga é o terceiro mais populoso do País (logo a seguir a Lisboa e Porto), enquanto que a província do Minho se situa em quarto lugar (depois da Extremadura, Douro Litoral e Beira Litoral, esta última englobando três capitais de distrito: Aveiro, Coimbra e Leiria).

1.2 - Daqui só, se poderia prever que a criação de uma Universidade no Minho implicaria o estabelecimento no seu seio de cursos - usemos a expressão genérica - de Humanidades, onde, naturalmente, se incluem os de Línguas Vivas.

Para além das tradições culturais locais, outros argumentos concorrem para a existência daqueles cursos:

- a) a formação de futuros docentes para todos os graus de ensino, cuja carência é manifesta;

- | 70/71 | 71/72 | 72/73 | Taxa de crescimento |
|--------|--------|--------|---------------------|
| 12.461 | 13.017 | 14.172 | 13% |
- b) a necessidade, também crescente, de certos técnicos, reclamados por instituições públicas e privadas, e cuja formação profissional um curso de Línguas Vivas, tal como o concebemos, pode perfeitamente e com toda a eficiência fornecer;
 - c) a existência das infraestruturas necessárias para o funcionamento de cursos a nível universitário de Línguas Vivas resolverá simultaneamente um outro problema de grande importância, que é o de permitir o ensino de línguas aos alunos dos outros cursos professados na Universidade, conhecimento esse muitas vezes fundamental, quer na fase de aprendizagem quer no exercício das respectivas profissões.

1.3 - A estes motivos, outro ainda desejamos deixar acrescentado e sublinhado. Consiste ele no papel que os Cursos de Línguas Vivas da Universidade do Minho poderão desempenhar na descompressão das Faculdades de Letras de Coimbra e, em particular, da do Porto, Faculdades que até aqui têm absorvido a quase totalidade da população discente da zona norte e centro-norte do País.

Conforme pode inferir-se do quadro junto, o aumento da população escolar na Faculdade de Letras do Porto traduz-se numa taxa de crescimento que é das maiores de quantas se observam em qualquer Faculdade (de Letras ou outra) do País: (1)

-
- (1) - Silva Freire, M.E. & Fraústo da Silva, J.J.R.: Os Custos e as Necessidades de Financiamento do Ensino Superior em Portugal, Ministério da Educação Nacional. "De notar em especial a elevada taxa de crescimento desta última Universidade, que foi em 1972/73 de 18,5%, muito superior à de todas as restantes; este facto resulta essencialmente da taxa de crescimento dos cursos de Engenharia (37%), Letras (43%) e Medicina (22%)".

	70/71	71/72	72/73	Taxa de crescimento
Total	12.361	13.917	16.172	12%
Fac. Letras do Porto	2.123	2.462	3.917	43%

Cerca de 5.750 alunos pretendem frequentar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano lectivo 1974/75 prevendo-se para o primeiro ano dos cursos de Românicas e Germânicas os seguintes valores:

	Românicas	Germânicas
1973-74	200	600
1974-75 (2)	350	800

Considerando a explosão escolar a que se assiste e as alterações verificadas, surgidas no termo do período lectivo de 73-74, por via da modificação das condições de conclusão do curso complementar liceal, as previsões do afluxo de estudantes ao ensino universitário devem encontrar-se profundamente viciadas por defeito. É claramente elucidativa a nota publicada num vespertino de Lisboa e segundo a qual a Faculdade de Letras daquela Universidade "terá este ano o número de discentes aumentado em cerca de 3.500 alunos, estando previstas 1.200 inscrições para o primeiro ano de Germanicas e 1.127 para o primeiro ano de História (contra 248 que o ano passado se inscreveram neste mesmo curso)". (3)

Se se considerar a perfeita possibilidade de o Porto e Coimbra serem, analogicamente, alvo do mesmo acréscimo de população universitária, não hão-de restar dúvidas de que os cursos de Línguas Vivas aqui propostos virão a promover uma descompressão nas Faculdades de Letras daquelas duas Universidades, em especial na primeira, como é evidente.

Dado os números em jogo e o interesse destes cursos, a situação torna-se ainda mais premente se finalmente se vier

(2) - Estimativa.

(3) - "A Capital", 18/9/1974, pág. 24.

a adoptar a solução, que se considera fundamental, de limitar o número máximo de alunos que pode frequentar cada curso em cada Universidade. Esse número deverá ser função não só dos meios que em cada instante a Universidade possuir nesse domínio (humanos, instalações, equipamento, etc.), mas também do número máximo de alunos que, do ponto de vista da sua gestão, a experiência mostra ser o mais conveniente para cada curso.

2 - OBJECTIVOS DOS CURSOS DE LÍNGUAS VIVAS

2.1 - O objectivo fundamental dos Cursos de Línguas Vivas que se pretendem instituir na Universidade do Minho visa a preparação linguística, a nível universitário, dos estudantes que desejem neles ingressar, assim se cumprindo a finalidade própria de um estabelecimento de ensino superior desta índole.

Tal como acontece com a maioria dos restantes cursos, a Universidade do Minho propõe-se oferecer Cursos de Línguas Vivas a dois níveis, correspondendo o primeiro ao bacharelato e o segundo à licenciatura, Eventualmente será também considerado um terceiro nível, ou seja, cursos de pós-graduação.

No presente relatório são essencialmente considerados os cursos ao nível de bacharelato. Os cursos ao nível de licenciatura, assim como uma programação mais pormenorizada dos cursos ao nível de bacharelato, serão considerados em relatório posterior, uma vez aprovado o tipo de cursos agora proposto, relatório esse que será elaborado pelo pessoal docente e técnico que tiver a seu cargo o arranque do curso de bacharelato.

2.2 - O objectivo fundamental atrás indicado não deve, contudo, fazer obliterar o facto de poderem ser diversificadas as motivações vocacionais dos estudantes que procuram a obtenção deste grau académico. Assim, podem eles orientar-se para metas diferentes: (a) a investigação, embora mais plenamente atingida ao nível da licenciatura (para adquirir novas fases em curso de pós-graduação e na obtenção de graus superiores); (b) a docência no ensino preparatório ou ulterior, segundo se mantenham no bacharelato ou prossigam nos estudos; (c) o exercício de profissões de natureza técnica, profissões estas que a sociedade vem cada vez mais solicitando.

2.3 - Se o caso sugerido na alínea (a) do número anterior não suscita questões peculiares na medida em que poderemos considerá-lo como intrínseco à natureza da vida própria da Universidade, já levanta algumas interrogações aquele que visa o exercício futuro da actividade docente. E a questão essencial que surge aqui é a de se saber até que ponto o trânsito curricular de tais estudantes, ao nível de bacharelato, deve ou não contemplar já a aprendizagem de matérias - gerais e específicas - concernentes à pedagogia e didáctica.

Como se admite que existirá na Universidade do Minho um Departamento de Educação, a solução adoptada foi a de oferecer um conjunto de disciplinas nesse domínio, as quais devem ser escolhidas pelos alunos que frequentam os cursos de Línguas Vivas ao nível de bacharelato e pretendem vir a exercer funções docentes. Este tipo de curso é tratado com maior pormenor no relatório do Departamento de Educação.

2.4 - Considerandos de índole diversa merecem as situações deli-
neadas na alínea (c) de 2.2. Entre as actividades profes-

sionais viáveis a um bacharel em Línguas Vivas, surgem-nos, como possíveis, as de tradutores, intérpretes, agentes e guias de turismo, correspondentes, secretários, etc. Ora, nestas últimas profissões, é matéria pacífica que, para além de conhecimentos atinentes a uma cultura geral sólida, o elemento fundamental em que se baseará a actividade profissional será a do perfeito domínio da língua em causa.

A consecução deste objectivo levanta dois problemas que importa contemplar:

- I - O primeiro que interessará ter em conta é determinar se a aprendizagem duma língua, condição primeira a observar por quantos pretendem certas profissões das atrás enunciadas, será efectivamente tarefa de cariz universitário. Parece óbvio que não. Em princípio, o estudante que ingressa no ensino superior, para aí se dedicar ao estudo de uma língua, fá-lo com o objectivo de estudar temas linguísticos, históricos e literários da cultura expressa e veiculada por essa língua, e não com a finalidade de adquirir o conhecimento dessa língua como meio de comunicação. Há assim que distinguir e demarcar bem as diferenças essenciais que definem uma língua como objecto de estudo de um Instituto Superior de Línguas ou como objecto de uma determinada carreira universitária.
- II - O segundo problema diz respeito à circunstância bem conhecida de os actuais cursos de Românicas e Germânicas (estes sobretudo) nos fornecem bacharéis e até licenciados com um conhecimento prático por vezes verdadeiramente confrangedor das respectivas línguas, frequentemente incapazes de as dominar como instrumento de comunicação.

Conclui-se assim que, embora a aquisição de uma língua apenas como instrumento de comunicação não seja tarefa de natureza universitária, a incapacidade do seu manuseio efectivo impossibilita não só tarefas essenciais à actividade no ensino superior, mas também o exercício efectivo das profissões técnicas indicadas.

- 2.5 - É sobejamente conhecido que em qualquer das universidades europeias há sempre - caso nelas constem cursos de línguas modernas - um Instituto (ou Centro ou Bloco) Audio-visual onde os aspirantes a uma carreira universitária (ou mesmo indivíduos a ela indiferentes) adquirem o saber linguístico necessário previamente e/ou simultaneamente com a frequência de determinados currículos.

Assim, a existência dum Centro Audio-visual orientado no sentido de funcionar como laboratório de línguas franqueia imensas possibilidades a uma gama larga de utentes, ao mesmo tempo que liberta o currículo de uma dada língua de tarefas que, em verdade, lhe não competem.

Quanto nesta exposição se segue, admite-se a existência na Universidade do Minho dum Centro Audio-visual para a aprendizagem de línguas (ou melhoria do seu domínio) e no qual a cada uma destas corresponderá um serviço que poderá ser mantido com o concurso de instituições culturais e representações diplomáticas dos países respectivos (o que obviaria, no campo de pessoal, às carências acaso verificadas no meio português).

3 - DURAÇÃO E ESTRUTURA DOS CURSOS

- 3.1 - O relatório de Junho último da Comissão Instaladora considera para uma fase de arranque a instituição de cursos, a nível de bacharelato, de Inglês e Russo, por serem as línguas que de momento têm maior interesse científico, industrial e comercial. Acresce ainda que a língua Russa se encontra muito pouco divulgada entre nós.

No entanto, devido às dificuldades em pessoal docente, pensa-se ser conveniente que em 1975/76 comece somente o Curso de Inglês, e em 1976/77 o de Russo. Posteriormente serão considerados outros cursos de Línguas Vivas, assim como os de Linguística Geral e Aplicada.

- 3.2 - Tal como acontece com os restantes cursos a professor na Universidade do Minho, prevê-se que a unidade lectiva seja o Semestre, ao qual correspondem cerca de 15 semanas efectivas de aulas.

Por sua vez, a duração mínima do bacharelato será de 6 semestres (3 anos), enquanto que a licenciatura exige mais 4 semestres (2 anos).

Um sistema semestral autêntico pressupõe que todas as disciplinas sejam leccionadas todos os semestres. Pensa-se, porém, que não será em regra indispensável proceder assim para todas as disciplinas, mas apenas para as mais fundamentais.

Com o objectivo de conferir maior flexibilidade ao sistema de ensino e de aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, prevê-se o funcionamento de um ciclo de Verão, com uma duração inferior à do semestre normal, durante o qual um certo número de disciplinas será ministrado em regime intensivo.

- 3.3 - Pretende-se que a estrutura geral dos Cursos de Línguas Vivas permita a maior flexibilidade possível ao serviço dos interesses científicos e profissionais do discente.

Assim, entende-se vantajoso que se considerem por um lado eixos de disciplinas obrigatórias (a cada curso corresponde um eixo) e por outro, grupos abertos de disciplinas de opção, nos quais, para cada curso, se podem incluir algumas das disciplinas obrigatórias de outros eixos.

Dentro desta ordem de ideias, o eixo de disciplinas obrigatórias, correspondente a uma dada língua X, seria constituído por um conjunto de 16 disciplinas, nomeadamente:

Introdução aos Estudos Linguísticos I e II	(2 semestres)
Língua <u>X</u> I, II, III, IV, V e VI	(6 semestres)
Literatura <u>X</u> I, II, III e IV	(4 semestres)
Cultura e Civilização <u>X</u> I e II	(2 semestres)
Linguística Portuguesa I e II	(2 semestres)

- 3.4 - De modo a assegurar a necessária aquisição do saber linguístico como meio de comunicação, para além das disciplinas correspondentes ao eixo escolhido, é também obrigatória a frequência do Laboratório de Línguas durante pelo menos os 4 primeiros semestres correspondentes ao curso de bacharelato.

Nos Laboratórios de Línguas distinguem-se habitualmente três níveis: o elementar, o médio e o superior.

Em rigor, para o acesso ao 1º ano (1º semestre) de um dado curso, deverá exigir-se o conhecimento da língua a nível elementar, assim como o ingresso no 2º ano (3º semestre) e 3º ano (5º semestre) deverá depender da obtenção dos níveis, respectivamente, médio e superior do Laboratório de Línguas.

De facto são assim se podem acompanhar as lições de literatura e cultura no idioma em causa.

Esta será a situação normal do aluno que escolheu uma língua viva estrangeira que faz parte do seu currículo secundário (Inglês, Francês, Alemão), prevendo-se que nestes casos frequente o Laboratório de Línguas durante os quatro primeiros semestres.

Nos casos em que tal não acontece, como é por exemplo o caso da língua Russa, de modo a não prolongar o curso por mais um semestre, necessário para a aprendizagem da língua

a nível elementar, opta-se pela solução de obrigar à frequência do Laboratório de Línguas ao longo de 5 semestres, com uma maior escolaridade. Neste caso o conhecimento da língua a nível elementar será exigido para o acesso ao 2º semestre, o nível médio para acesso ao 4º semestre e o nível superior para o 6º semestre.

Verifica-se assim que o Laboratório de Línguas - e cumpre lembrá-lo com insistência neste momento - é um elemento essencial para o funcionamento dos Cursos de Línguas Vivas, tal como o citado Relatório da Comissão Instaladora os concebe. Para esse efeito, deverá estar apetrechado de modo a corresponder não só às necessidades de aprendizagem acelerada das línguas, mas também às de aperfeiçoamento no campo do saber linguístico, abrindo-se quer a estudantes matriculados na Universidade, quer possivelmente a indivíduos estranhos a ela.

- 3.5 - Uma vez que a aprendizagem da língua, como instrumento de comunicação, será adquirida no Laboratório de Línguas do Centro Audio-visual, perguntar-se-á qual o objectivo das disciplinas da língua X. É, evidentemente, diverso. A actividade a dispendir nestas disciplinas será a que define a sessão de seminário com activa participação do estudante e o seu objectivo incidirá, ora na oralidade (conversação), ora no contacto de textos através de indagações linguístico-gramaticais, estilísticas e literárias, ora em exercícios de composição.
- 3.6 - Para a obtenção do grau de bacharel, além da aprovação nas 16 disciplinas correspondentes ao eixo ou língua escolhida, e da obtenção do nível superior no Laboratório de Línguas, o aluno, como foi indicado atrás, terá ainda de apresentar os "créditos" de mais um certo número de disciplinas de opção, de modo que, conforme os casos, o número total de disciplinas professadas não seja inferior a 24 e o número total de horas de escolaridade, incluindo o Laboratório de Línguas, não seja inferior a cerca de 1.620 horas. Resulta assim uma escolaridade semanal média da ordem das 18/20 horas, o que na prática irá representar cerca de 40/44 horas de trabalho

semanal, dado o labor extra-escolar necessário, especialmente no que se refere à preparação de trabalhos redigidos pelos alunos.

4 - PROGRAMA E MODALIDADES DO BACHARELATO EM LÍNGUA X

- 4.1 - Considera-se agora uma primeira tentativa de programação de um bacharelato em Língua X, para os dois casos considerados, isto é, conforme a Língua X a nível elementar fez parte, ou não, do currículo do aluno que ingressa no curso:

Horas por Semestre

A - Laboratório de Línguas (LB)

- A.1 - O aluno tem conhecimento da Língua X a nível elementar

LB I, II e III (1º, 2º, 3º sem.) 90

LB IV (4º sem.) 45

- A.2 - O aluno não tem conhecimento da Língua X a nível elementar

LB I e II (1º e 2º sem.) 135

LB III e IV (3º e 4º sem.) 90

LB V (5º sem.) 45

B - Disciplinas Nucleares

Introdução aos Estudos Linguísticos I e II 60

Língua X I e II (caso A.1) 60

(caso A.2) 30

Língua X III, IV, V e VI 60

Literatura X I, II, III e IV 60

C - Disciplinas Auxiliares

Linguística Portuguesa I e II 60

Cultura X I e II 60

Horas por Semestre

D - Disciplinas de Opção

D.1 e D.2 - Literatura Portuguesa I e II	60
D.3 - Teoria dos Géneros Literários	45
D.4 - Teoria da Tradução	45
D.5 - Teoria da Literatura I	60
D.6 - Introdução às Ciências da Educação	30
D.7 e D.8 - Psicologia da Educação I e II	60
D.9 - Métodos e Técnicas Educativos	60
D.10 - Sociologia da Educação	45
D.11 - Introdução às Ciências Sociais	45
D.12 - Cultura Portuguesa	60
D.13 - História de Portugal	60
D.14 - História da Arte Portuguesa	60
D.15 - Relações Públicas	30
D.16 - Documentação e Informação	30
D.17 - Introdução à Organização Empresarial	60
D.18 - Introdução à Programação	45

Muitas das disciplinas de opção, consideradas nesta primeira tentativa de programação, são comuns a outros cursos e, conseqüentemente, ministradas por pessoal docente pertencente a Departamentos diferentes. É por exemplo o caso das disciplinas D.6 a D.11 inclusivé e D.15, cujo ensino será assegurado pelo Departamento de Educação, D.17 pelo actual Departamento de Ciências Exactas, etc.

Em qualquer altura outras disciplinas de opção, em especial disciplinas professadas em outros cursos, poderão ser instituídas por proposta do Conselho de Curso.

- 4.2 - Em face do programa exposto resulta que, por exemplo, no caso de um bacharelato em Inglês destinado à educação, além das disciplinas de opção D.6 a D.11 inclusivé, deverão ser escolhidas pelo menos mais duas, possivelmente D.1 e D.2, de modo a assegurar o número de créditos necessários para a obtenção do respectivo grau. Como indicado anteriormente, este caso será especialmente tratado no relatório do Departamento de Educação.

Tratando-se de um bacharelato em Inglês com o objectivo do exercício de funções de tradutor e intérprete, as disciplinas de opção D.1 a D.5 inclusivê passam a ser obrigatórias, além de mais três outras disciplinas que completem a escolaridade total mínima necessária para a conclusão do curso.

No caso de um bacharelato em Russo orientado para as funções de secretariado, as disciplinas de opção D.11, D.15, D.16, D.17 e D.18, têm de ser necessariamente escolhidas, enquanto que se a preferência for uma carreira no domínio do turismo, as disciplinas indicadas são D.11 a D.15 inclusivê.

Se o aluno do curso de bacharelato em língua X está interessado no conhecimento de outra língua Y, poderá usar to do o tempo destinado às disciplinas de opção na frequência do Laboratório de Línguas e de disciplinas obrigatórias do eixo Y.

- 4.3 - Muitas Universidades socorrem-se de uma prática que, por altamente útil sob o aspecto de consolidação e confirmação científica, tal como indicado no relatório de Junho último da Comissão Instaladora, se entende vantajosa para os cursos de Línguas Vivas da Universidade do Minho. Consiste ela em o estudante que haja escolhido um dado curso de língua estrangeira poder realizar, no país respectivo, um estágio em Instituição de ensino Universitário, durante o período e nos termos em que o Conselho de Curso delibere. Este estágio visa conferir a tudo o que o estudante adquiriu durante o curso uma nova dimensão, na medida em que aquela tarefa virá a conceder-lhe um contacto real e vivo com a cultura de cujos aspectos tomou conhecimento por via escolar.

5 - ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

- 5.1 - Para a eficiente consecução didática dos fins a que se propõem as diversas disciplinas que integram os Cursos de Lín-

guas, consideram-se necessários os seguintes tipos de ensino:

A - Aulas Teóricas

A1 - Expositivas: destinadas à apresentação descritiva e interpretativa da matéria programada e em estudo, bem como da metodologia utilizada. Este género de sessões define-se, antes de mais, por um carácter de permanente inovação em ordem ao desenvolvimento do espírito crítico e à actualização científica.

A2 - Colóquiais: destinadas à formulação de questões propostas quer pelo docente quer pelo discente, em processo de participação activa.

É de aceitar que o estabelecimento da relação aulas expositivas/aulas colóquiais venha a ser determinada pela orientação do docente, de modo a, no seu critério, se poder responder eficientemente a cada situação determinada.

B - Aulas Práticas

Embora divirjam concretamente de disciplina para disciplina, os objectivos das aulas práticas traduzem-se, duma forma geral, na aplicação experimental dos enunciados teóricos, no esclarecimento de dúvidas surgidas sobre aquela e suscitadas no processo operacional, na análise crítica das fontes, no comentário linguístico, estilístico, literário e cultural dos textos. Este tipo de ensino é aquele que, por exemplo, mais se adequa à consecução dos objectivos das disciplinas de línguas.

C - Seminários

A execução de trabalhos, de natureza consentânea com a fase do currículo, é um dos aspectos mais importantes que, no âmbito da pedagogia universitária, concorre para definir a real participação do discente na aprendizagem, na aquisição do saber novo ou recriado e na respectiva formulação. O tipo de ensino aqui preceituado é a sessão de seminário, cuja finalidade consiste na discussão colectiva de trabalhos individuais ou de grupo. Este tipo de ensino insere-se:

C1 - quer no âmbito dos cursos, sob a orientação do docente;

C2 - quer no âmbito dos Departamentos, sob a supervisão dos respectivos especialistas.

D - Assistência Pedagógica

Os docentes deverão reservar uma parte do seu tempo, no mínimo de seis horas semanais, para atenderem os alunos que queiram expor-lhes as suas dificuldades ou pedir-lhes orientações de carácter individual ou orientações de grupo acerca do trabalho respectivo. Uma parte da eficácia pedagógica do sistema repousa nesta assistência extra-escolar. Por isso, não basta estabelecer o princípio e marcar as horas e lugar em que cada docente presta este serviço. É fundamental que ele nas aulas marque encontros com os alunos necessitados de explicações suplementares, e até reserve para essas horas orientações que não afectem toda a turma. Esta assistência é de tal modo importante que se devem encontrar os meios de o Conselho do Curso poder controlar e urgir o seu cumprimento.

- 5.2 - Um ensino eficiente, em grande parte dialogado, exige uma relação docente/discente que idealmente deve ser da ordem de 1/8 e que nunca deve ultrapassar 1/12. Além disso, quando nos vários tipos de aulas correspondentes a uma dada disciplina colaboram vários docentes, é fundamental que se verifique um verdadeiro trabalho de equipe por parte desses docentes, competindo aos mais qualificados a coordenação do ensino da disciplina em causa. Em particular, o Conselho de Curso não deve permitir a situação em que o professor se preocupa unicamente com as aulas de índole teórica e os assistentes exclusivamente com as aulas práticas, muitas vezes sem qualquer forma de colaboração ou coordenação entre as actividades desses dois tipos de docentes. Este exemplo põe bem em evidência a necessidade de, na grande maioria dos casos, os docentes universitários exercerem as suas funções em regime de "full-time" ou mesmo de dedicação exclusiva.

Por outro lado, o número de alunos que frequenta cada aula deve ser limitado, preconizando-se como números máximos 50 a 60 alunos para as aulas tipo teórico, 25 a 30 alunos para as aulas práticas e 12 a 15 alunos no caso dos seminários. Para assegurar que tal aconteça, os alunos devem ser agrupados em turmas e sub-turmas e a capacidade dos diversos tipos de salas de aula não deve ultrapassar os números indicados.

5.3 - No que concerne à indagação e aferimento do aproveitamento escolar há que distinguir os objectivos pretendidos e os meios a que recorrer.

A - Os objectivos da indagação consistem na determinação do nível de desenvolvimento adquirido na aprendizagem;

B - Os meios recomendados distribuem-se pelos seguintes instrumentos:

B.1 - Observação da actividade normal do discente ao longo do semestre, em parte consequência dos trabalhos escritos elaborados pelo aluno;

B.2 - sessões especialmente destinadas ao apuramento e que hão-de existir não só em número significativo, mas ainda regularmente distribuídas ao longo do período lectivo;

B.3 - exame final, apenas com carácter complementar das observações anteriores e destinado a mais eficazmente ou concretamente (se necessário) se concluir do grau de aproveitamento e aprendizagem.

O predomínio ou a exclusividade do recurso a cada um destes meios depende, em larga medida, da natureza da matéria leccionada e do tipo de leccionação praticado.

6 - DEPARTAMENTOS

6.1 - Admite-se como pressuposta a existência de dois tipos de ins

tituições intra-universitárias, a saber, o Departamento e o Curso: ao primeiro correspondendo essencialmente a função de investigação e ao segundo a função de ensino. Tal sistema, além de facultar uma mais rápida e eficiente resposta às necessidades do labor universitário, contém em si todas as potencialidades para uma contínua dinamização das tarefas que incumbem a um estabelecimento de ensino desta natureza, tarefas internas ou outras que exijam uma maior disponibilidade em relação às solicitações que do exterior possam ocorrer.

- 6.2 - Por Departamento entende-se uma unidade de investigação que se define em ordem a um domínio (i.e. um determinado ramo do saber) ou disciplinas afins, à qual, do ponto de vista das necessidades de docência, apoia os Cursos. Será servido por um quadro de docentes que, naturalmente, aí exercem a investigação. Cada Departamento será colegialmente gerido por um Conselho (de Departamento).

Por Curso entende-se uma unidade de natureza pedagógica, à qual compete estudar e aprovar o referido currículo e que, tal como no caso do Departamento, será colegialmente gerido por um Conselho (de Curso).

- 6.3 - Na fase de arranque será somente considerado um Departamento: o Departamento de Línguas Vivas. Mais tarde, quando as actividades internas o justificarem - por crescimento do pessoal docente qualificado, alargamento dos quadros de investigação, etc. - da primeira unidade surgirão em processo dinâmico outros Departamentos, como é o caso de um Departamento de Inglês, Russo, Linguística, etc.
- 6.4 - No que se refere às linhas de investigação iniciais, a considerar no Departamento de Línguas Vivas, elas serão consideradas no próximo relatório, tal como previsto em 2.1.

7 - PESSOAL DOCENTE

7.1 - No que se refere ao pessoal docente, até este momento, candidataram-se espontaneamente à Universidade do Minho, com um currículo de interesse, 10 elementos.

Três deles destinam-se ao ensino da Língua, Literatura e Cultura e Civilização Inglesa, sendo as qualificações de cada um:

- a) Licenciatura em Germânicas, B.A. Hons. (Univ. do Natal), preparando o doutoramento em Literatura Inglesa ("Roy Campbell");
- b) B.A. (Univ. do Natal), tendo sido leitor de Inglês nas Universidades de Coimbra e de Lourenço Marques. Actualmente pertence ao quadro do pessoal técnico da Universidade do Minho;
- c) Licenciatura em Germânicas, Director do Instituto Britânico em Braga;

Os restantes sete elementos possuem licenciaturas em Filologia Clássica ou Românica, sendo de destacar:

- d) Licenciatura em Filologia Clássica, com tese de doutoramento quase concluída ("Dionísio Trácio e as partes do Discurso"), especialmente interessado em Linguística;
- e) Licenciatura em Românicas (16 v.), assistente, especialmente interessado em Literatura Portuguesa;
- f) Licenciatura em Românicas (17 v.), monitor, em condições de iniciar estágio com vista ao doutoramento.

7.2 - Admitindo que em 1975/76 só se inicia o 1º ano do Bacharelato em Inglês para um número máximo de 60 alunos, as necessidades a curto prazo de pessoal docente são da ordem de 6 docentes.

De imediato seria necessário contratar d) assim como um técnico de Laboratório de Línguas, possivelmente c), os quais, conjuntamente com b), que já exerce funções na Universidade do Minho, preparariam o arranque do curso.

O contrato de f) a curto prazo seria do máximo interesse, de modo a poder iniciar um estágio com vista à obtenção do grau de doutor.

Os elementos a) e e) seriam contratados em meados de 1975, de modo a permitir o início dos cursos em Outubro.

- 7.3 - Entretanto dar-se-ia continuidade ao estabelecimento dos contactos necessários (British Council e Universidades de Moscovo ou Leninegrado), de modo a que nos princípios de 1976 se possa dispôr da colaboração de um Professor inglês de Literatura, e em meados de 1976 de um Professor e dois Assistentes e/ou Leitores de Russo, de modo a permitir o início do Bacharelato em Russo no ano lectivo de 1976/77.

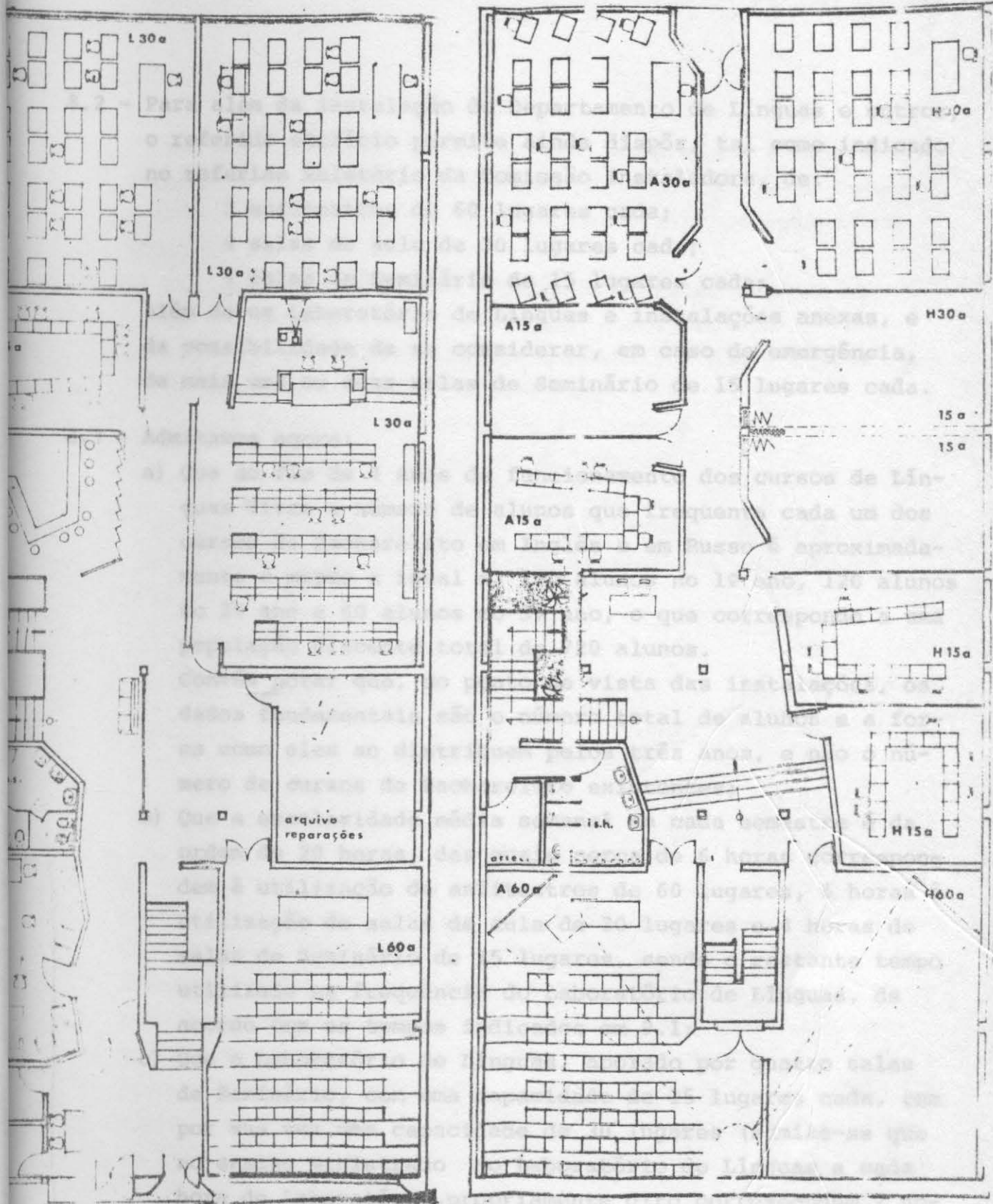
Além disso, durante o ano de 1975 procurar-se-ia contratar dois ou três licenciados com classificações elevadas e recentemente formados, com o objectivo de iniciarem estágios com vista à realização do doutoramento.

8 - INSTALAÇÕES

- 8.1 - Pelas razões indicadas no Relatório da Comissão Instaladora de Junho último, prevê-se que estes cursos se iniciem em Braga, no edifício de que a Universidade do Minho dispõe na Rua D. Pedro V, o qual é especialmente indicado para este tipo de cursos, uma vez que eles, assim como o Departamento de Línguas Vivas, não necessitam de Laboratórios de grandes dimensões ou com infraestruturas complexas, como é o caso de laboratórios de Química ou de Tecnologia.

Na página seguinte mostram-se as plantas correspondentes ao estudo preliminar de aproveitamento da zona de ensino do referido edifício.

Acresce que muito em breve a Universidade do Minho entrará na posse de mais um edifício em Braga, que pertenceu à ex-Legião Portuguesa, situado na Rua Abade da Loureira, no qual se irão instalar diversos serviços de apoio aos estudantes, como é o caso de um self-service, salas de estudo, Associação Académica, etc.



60

UM UNIVERSIDADE DO MINHO

INSTALAÇÕES PROPRÍAS

estudo preliminar 2a

PLANTAS

Trabalho 47711

94963A

Substituto pelo

cave

8.2 - Para além da instalação do Departamento de Línguas e outros, o referido edifício permite ainda dispôr, tal como indicado no referido Relatório da Comissão Instaladora, de:

3 anfiteatros de 60 lugares cada;

4 salas de aula de 30 lugares cada;

4 salas de Seminário de 15 lugares cada;

além de um Laboratório de Línguas e instalações anexas, e da possibilidade de se considerar, em caso de emergência, de mais uma ou duas salas de Seminário de 15 lugares cada.

8.3 - Admitamos agora:

a) Que ao fim de 4 anos de funcionamento dos cursos de Línguas Vivas o número de alunos que frequenta cada um dos cursos de Bacharelato em Inglês e em Russo é aproximadamente o mesmo e igual a: 180 alunos no 1º ano, 120 alunos no 2º ano e 60 alunos no 3º ano, o que corresponde a uma população discente total de 720 alunos.

Convém notar que, do ponto de vista das instalações, os dados fundamentais são o número total de alunos e a forma como eles se distribuem pelos três anos, e não o número de cursos de Bacharelato existentes;

b) Que a escolaridade média semanal de cada semestre é da ordem de 20 horas, das quais cerca de 6 horas correspondem à utilização de anfiteatros de 60 lugares, 6 horas à utilização de salas de aula de 30 lugares e 4 horas de salas de Seminário de 15 lugares, sendo o restante tempo utilizado na frequência do Laboratório de Línguas, de acordo com os tempos indicados em 9.1;

c) Que o Laboratório de Línguas, apoiado por quatro salas de Seminário, com uma capacidade de 15 lugares cada, tem por sua vez uma capacidade de 30 lugares (admite-se que no ensino ministrado no Laboratório de Línguas a cada hora de Laboratório propriamente dito correspondem 2 horas de ensino por métodos audio-visuais em salas de Seminário com metade da capacidade);

d) Que as instalações destinadas a estes cursos funcionam 48 horas por semana.

Nestas condições conclui-se que, ao fim dos 4 anos considerados, isto é, em 1979/80, altura em que se devem começar a dispôr de instalações no Campo Universitário para estes tipos de cursos:

- a) as instalações do Laboratório de Línguas, durante os dois semestres normais, atingem a saturação;
- b) o número de salas do edifício da Rua D. Pedro V, com um factor de utilização de 100%, são:

4 salas de Seminário de 15 lugares

2,5 salas de aulas de 30 lugares

1,5 anfiteatros de 60 lugares

o que representa um factor de utilização global da ordem dos 60%, ficando cerca de 40% disponíveis para outros cursos.

9 - INVESTIMENTO INICIAL

9.1 - As verbas referentes aos estudos de projecto, obras de adaptação, equipamento fixo e mobiliário, que é necessário dispendar com o edifício da Rua D. Pedro V, unidade prevista para assegurar o funcionamento de diversos Cursos e Departamentos como os de Línguas Vivas, não são aqui consideradas. Esse assunto foi tratado no referido Relatório da Comissão Instaladora de Junho último, onde se indica que o valor global previsto é da ordem dos 7.000 contos, tendo já sido concedidos em 1974 cerca de 2.500 contos para esse fim.

9.2 - No que respeita às verbas específicas, relacionadas com o início do funcionamento dos cursos de Bacharelato considerados no presente relatório, as previsões são:

a) Bibliografia Geral	600.000\$00
b) Bibliografia Especializada	250.000\$00
c) Bibliografia para alunos (essencialmente primeiros anos)	150.000\$00
d) Equipamento para a Biblioteca Departamental (leitor, reproduutor de microfilmes, ficheiros, etc.)	100.000\$00
e) Equipamento Didático	150.000\$00
f) Equipamento de Investigação	150.000\$00
g) Equipamento Administrativo (máquina de escrever, fotocópias, etc.)	100.000\$00
TOTAL	1.500.000\$00 =====

dos quais 900 contos a serem dispendidos em 1975 e 600 contos em 1976.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no despacho ministerial de 14.8.74 que autorizou a realização dos estudos de projecto das necessárias obras de adaptação do edifício da Rua D. Pedro V em Braga, e na programação apresentada no Relatório da Comissão Instaladora de Junho último, deram-se início aos referidos estudos, tendo na altura sido programado que ainda em 1974 seria aberto concurso para a parte de tostos, e em Janeiro de 1975 para a parte de acabamentos e equipamento fixo, de modo a assegurar o funcionamento da zona de ensino em Outubro de 1975.

Tendo-se verificado a ausência de um despacho orientador por parte do Ministério da Educação e Cultura no que se refere aos cursos propostos no citado Relatório da Comissão Instaladora, situação esta só em parte alterada através do ofício UM-1/25 de 28.10.74 da Direcção-Geral do Ensino Superior, que se transcreve:

"Em referência ao ofício RT-222/74, de 18 de Julho último, tenho a honra de informar V. Exa. de que não julgo oportuno o contrato do Licº Anibal de Barros Barreira, uma vez que o Curso de História não mereceu aprovação ministerial",

decidiu a Comissão Instaladora mandar suspender os estudos do projecto em curso, uma vez que este será uma função da utilização a dar ao edifício, e, em particular, se destinado ao ensino e investigação, de quais os Cursos e Departamentos que aí irão ser instalados.

Por exemplo, a existência de um Laboratório de Línguas e seus anexos só se justifica se existirem Cursos de Línguas Vivas. Por outro lado, as características do edifício não se prestam a considerar a sua adaptação a Laboratórios que exigem infraestruturas complexas como é o caso de Laboratórios de Química ou de Tecnologia.

Assim, decidiu a Comissão Instaladora que só deveriam ser retomados os estudos de projecto, depois da Universidade do Minho receber as necessárias directrizes por parte do Ministério da Educação e Cultura, e, em particular, de quais os cursos a ministrar, todos ou só alguns dos propostos, ou outros, de modo a evitar gastos inúteis.

Nestas condições, não se pode deixar de chamar a atenção para a urgência de uma decisão sobre o assunto exposto, sob pena de se tornar impossível o início dos Cursos de Línguas Vivas em Outubro de 1975/76, ou de qualquer outro para o qual o edifício da Rua D. Pedro V seja adequado, dada a impossibilidade de se concluir as necessárias obras a tempo, tanto mais que a zona destinada ao ensino, cave e rés-do-chão, tal como foi indicado no já citado Relatório da Comissão Instaladora, se encontra vazada.